



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA CURSO
DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

A INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM TEA EM GRAVATÁ

OLGA EDUARDA B. SILVA

Trabalho apresentado à Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia.

Orientador(a): Prof. Dra. Maria Aparecida Vieira de Melo

**GRAVATÁ-PE
2022**

OLGA EDUARDA B. SILVA

A INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM TEA EM GRAVATÁ

COMISSÃO AVALIADORA:

Dra. Maria Aparecida Vieira de Melo
Profa. Dra.– UFRN
Orientadora

Georgia Daniella Feitosa de Araújo
Profª MSc. – Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes
Titular

Sara Ingrid Borba
Profª MSC. – UFPB
Titular

Genilson de Souza Silva
Prof. Esp. – Escola Municipal Padre Ibiapina
Suplente

Gravatá-PE
2022

A INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM TEA EM GRAVATÁ

Olga Eduarda B. Silva¹

Maria Aparecida Vieira de Melo²

Resumo

Esta pesquisa buscou analisar o aluno com autismo na escola e teve como questão norteadora como a inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) acontece em Gravatá-PE? E teve como objetivo analisar o discurso dos docentes sobre o processo de inclusão escolar, as práticas pedagógicas aplicadas ao processo de ensino e os obstáculos enfrentados por eles na inclusão dos estudantes com TEA na rede de ensino regular do município de Gravatá. Os dados foram coletados a partir de um questionário aplicado aos professores de forma online, por motivos de segurança, devido a pandemia. A análise qualitativa dos dados foi a análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Tendo como base conceitos apresentados por pesquisas já desenvolvidas e estudos de documentos e leis considerados relevantes sobre o tema. Desse modo, foi possível identificar, relacionar e discutir sobre questões que dificultam esse processo de inclusão dos estudantes com autismo no ambiente regular de ensino. Destacou-se através dos achados a necessidade de melhorias nessa perspectiva como a formação especializada dos docentes, o apoio e interação da família no dia a dia escolar do estudante a falta de recursos pedagógicos e adaptação dos ambientes escolares regular e a possibilidade do desenvolvimento de novos estudos tendo em vista que é preciso um maior aprofundamento sobre esse tema para a escolarização dos estudantes TEA tornar-se bem-sucedida.

Palavras chaves: Autismo. Inclusão escolar. Dificuldades.

1. INTRODUÇÃO

Em um cenário atual, onde os números de crianças com TEA têm aumentado significativamente, mostram as pesquisas mais recentes do Centro de Controle e Prevenção de Doenças do governo dos Estados Unidos (CDC) feita em 2016, que uma (1) a cada cinquenta e quatro (54) crianças nascem com TEA, comparado aos

¹ Licenciatura em Pedagogia UAEADTec/UFRPE. Universidade federal rural de Pernambuco/UFRPE. Olgagomess_@hotmail.com

² Orientadora. Docente da UFRN/CERES. Diretoria pedagógica do Centro Paulo Freire – estudos e pesquisas. Coordenadora pedagógica do curso de licenciatura em Pedagogia pela UABTEC/UFRPE. m_aparecida_v_melo@hotmail.com

números anteriores de 2004 que marcavam uma (1) a cada cento e sessenta e seis (166) crianças, (PAIVA, 2020, p. 6), observa-se então o aumento significativo dos casos.

O TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento de característica crônica. Geralmente é possível diagnosticá-lo a partir dos dois (2) anos de idade em decorrência dos graus de atraso que a criança pode apresentar nas áreas do desenvolvimento global. Muitas são as variabilidades de sintomas que cada quadro pode trazer, não é uma regra. O autista pode carregar todas ou somente algumas das características e pode junto a isso carregar comorbidades como TDHA (transtorno de déficit de atenção e hiperatividade), DI (déficit intelectual), apraxias que ocorrem em grande parte dos casos diagnosticados e contribuem para agravar o caso.

No Brasil as políticas públicas para a educação especial desenvolvida na teoria, onde existem leis, como a Lei Nº 7.853, de 24 de Outubro de 1989, que beneficia a inclusão escolar de pessoas acometidas por deficiências. Mesmo com isso, a inclusão de alunos com TEA representa um desafio para todos que fazem parte desse processo de inclusão (família, escola, comunidade). Sendo assim, a justificativa para a escolha desse tema foi de caráter pessoal, social e político, destacando que estudos e pesquisas nesse cenário são necessários para a compreensão dos casos e intervenções das dificuldades da escolarização dos alunos com TEA.

Nesse sentido essa pesquisa partiu da questão de como acontece a inclusão escolar de alunos com autismo na rede e ensino regular de Gravatá-PE? Os sujeitos dessa investigação foram os professores que atuam nas turmas que tem estudantes com TEA. Temos por objetivo analisar o discurso do professor sobre a inclusão escolar de estudantes com TEA em Gravatá-PE; descrever os obstáculos enfrentados e identificar as práticas de ensino realizadas para a promoção da inclusão escolar dos estudantes na rede de ensino do município. Os instrumentos metodológicos foram pesquisas bibliográficas onde buscou-se conceituar inclusão, autismo e práticas de ensino baseando-se no que explana os documentos legislativos, o Manual Diagnósticos e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), e autores como Eugênio Cunha. Os dados foram coletados através de questionário aplicado aos docentes e os resultados foram analisados de forma qualitativa e assim foram encontradas dificuldades para a inclusão dos alunos com autismo, espera-se que esse estudo sirva como levantamento teórico para futuras pesquisas pois reúne relatos de experiências e conceitos de docentes que são relevantes para esse tema.

2. METODOLOGIA

De natureza exploratória e descritiva essa pesquisa buscou, primeiramente, base bibliográfica através de artigos científicos e documentos legislativos que conceituaram a forma como seriam tratados os dados coletados e os princípios para a elaboração do questionário que posteriormente foi elaborado e aplicado. Seguindo o que diz Minayo (2012, p. 623) “A definição de um objeto não reside na indagação em si, mas no seu esclarecimento e contextualização por meio da teorização que o torna um fato científico construído”.

Foi utilizado como instrumento para coleta de dados um questionário estruturado em quatro perguntas relacionadas à inclusão escolar de estudantes com TEA, e direcionado para professores que atuam na rede pública e privada de ensino do município de Gravatá-PE. Tal como preceitua Gil (2008, p. 113) sobre o questionário, pois o “questionário expressa melhor o procedimento autoadministrado, em que o pesquisado responde por escrito as perguntas que lhe são feitas” (GIL, 2008, p. 113). Essa ideia foi seguida e, por decorrência da pandemia, o questionário foi aplicado através da plataforma “*Google Forms*”.

Os dados coletados foram tratados de forma qualitativa e analisados conforme preceitua Bardin (2011), onde ela divide esse processo em três etapas: organização (pré-análise), codificação (exploração do material) e categorização (tratamento dos resultados obtidos e interpretação). Na pré-análise foram selecionados os dados relevantes para a pesquisa a base teórica, construída a partir da leitura de 10 artigos todos sobre inclusão escolar e autismo. Já as respostas do questionário foram codificadas, onde foi definida como unidade de registro, o conceito de "dificuldades" "inclusão escolar" e "autismo/TEA". A categorização foi executada a partir de critérios indutivos, levando em consideração as respostas que apresentavam homogeneidade nas falas dos participantes, a pertinência delas relacionadas a problemática apresentada pela pesquisa e as correlações com a fundamentação teórica para assim chegar a conclusão.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. A inclusão educacional na legislação Brasileira

A educação brasileira tem base em uma legislação que é constituída por artigos que garantem o direito de acesso e permanência de todos a educação. A partir da Constituição de 1988 que é válida até os dias atuais, o estado tornou-se formalmente o responsável pela garantia de acesso de todos a educação, pois “antes disso o Estado não tinha a obrigação formal de garantir a educação de qualidade a todos os brasileiros, o ensino público era tratado como uma assistência, um amparo dado àqueles que não podiam pagar” (NOVO & MOTA, 2019, online). No artigo 205, capítulo III da Constituição está prescrito que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL,1988).

Ciríaco (2020, p.1, grifo do autor) aponta que “quando se afirma que ‘a educação é direito de todos’, faz-se necessário compreender que a educação está baseada na aceitação das diferenças e na valorização do indivíduo”. Assim sendo, o Estado também garante acesso a educação especializada aos estudantes acometidos por deficiência, assim como citado no Art. 208 “O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL,1988).

Existem alguns documentos que foram de suma importância para a conquista de direitos das pessoas com deficiências como a Declaração de Salamanca de 1994, que se tornou referência de inclusão e vários países adotaram como modelo para a legislação. A Declaração de Salamanca chama atenção para a individualidade de cada um, não se apegando somente a deficiências, mas “Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades” (BRASIL, 1994, *apud* CIRÍACO, 2020, online)

O Brasil espelhou-se em documentos como a declaração de Salamanca (1994) e Declaração de Direito de Todos (UNESCO, 1990) para inserir na política educacional a Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Base da Educação Nacional, que trouxe muitas mudanças significativas para a educação especial, de modo que os serviços especializados foram inseridos na escola regular, ei-las:

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular (BRASIL, 1996, online)

No artigo 59, a adaptação do currículo é assegurada do seguinte modo: “I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (BRASIL,1996, online) Desta feita, está posto no documento a necessidade de possibilitar a permanência do estudante na escola, tal como consta em “V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponível para o respectivo nível do ensino regular” (BRASIL,1996, online)

Outro documento muito importante para a educação especial do Brasil é o da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), elaborado por uma comissão formada pelo MEC (Ministério da Educação e Cultural) publicado em 2008 e que também serviu como modelo para as políticas da área da educação. O PNEEPEI revê algumas questões que já haviam sido prescritas e reforça a necessidade de outras como a formação continuada de estudantes com deficiência, eis:

Ampliar o sentido transversal da educação especial, desde a educação infantil à superior, a adaptação dos currículos e o atendimento educacional especializado, garantindo a continuidade da escolarização de pessoas com deficiência em níveis de ensino cada vez mais elevados (PAGNI, 2019, p. 02).

Um dos incentivos do documento é “incrementar a formação de professores para atuar com tais pessoas na escola comum e, quando necessário, em seu atendimento especializado” (PAGNI, 2019, p. 02), dar caminhos inclusivos para os docentes é algo necessário para a inclusão, pois não basta somente colocar o estudante na sala de aula regular é necessário fornecer condições efetivas de ensino/aprendizagem e sua permanência.

A partir do documento referido pela ONU (Organização das Nações Unidas) durante a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em Nova York, em 2007, o texto apresentado na convenção foi adotado como decreto legislativo Nº 186, de 2008, pela legislação brasileira.

No mesmo sentido, em 2015 foi criado o estatuto da pessoa com deficiência a Lei nº 13.146/2015, lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, abreviada para LBI (Lei Brasileira de Inclusão). Foi baseada na Convenção como dito no parágrafo único da lei “Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008” (BRASIL, 2015, online) presentes na LBI estão algumas alterações relevantes como, por exemplo, a ampliação no sentido da definição de deficiência:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, online)

O capítulo IV refere-se aos direitos a educação, no Art. 28 direitos já conquistados anteriormente são reforçados no sentido de abrangência do suporte, como, por exemplo, quando se usa o termo “modalidades” e “ao longo de toda a vida” sobre o direito de acesso à educação, ei-lo: “I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida” (BRASIL, 2015, online)

Ainda no artigo 28, as práticas pedagógicas são citadas e assegura-se “a formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio” (Brasil, 2015, online). E, no sentido de garantir não só a presença do estudante em ambientes de ensino regular, mas também a aprendizagem e inclusão de fato é prevista, em:

V- Adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino (BRASIL, 2015, online)

A inclusão na perspectiva da legislação educacional para pessoas com deficiências no Brasil já deu grandes passos e segue modelos que buscam melhorar o que ainda não foi atendido, a inclusão escolar ocorre de forma progressiva através de suporte e da prática em seu cotidiano escolar, assim espera-se.

3.2. O autismo: inclusão escolar

De acordo com DSM-5 (Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, 5ª edição), publicado mundialmente em 2013. O autismo classifica-se como um transtorno do neurodesenvolvimento que caracteriza-se a partir da apresentação de dificuldades em três áreas do desenvolvimento que são a comunicação e socialização. Isso porque alguns pacientes apresentam dificuldades ou ausência de fala, e comportamento onde pode haver o apego por rotinas e rituais de repetições, inflexibilidade na rotina e estereotípias. As características começam a ser percebidas geralmente por volta dos dois anos de idade, mas podem passar despercebidas e serem identificadas somente na adolescência ou vida adulta diante da dificuldade de demandas sociais que vão surgindo ao longo da vida do indivíduo.

Também sobre as características do autismo, o diagnóstico foi estudado o CID 11 (Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados a saúde) publicado em 2019, pela Organização Mundial de Saúde e que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022.

Os transtornos que anteriormente eram postos como “transtornos globais do desenvolvimento (TGD - com código F84)” pelo CID 10, (OMS,1980) que são: “autismo infantil (F84.0), autismo atípico (F84.1), transtorno desintegrativo da infância (F84.3), transtorno com hipercinesia associada ao retardo mental e a movimentos estereotipados (F84.4), síndrome de asperger (F84.5)”, agora no CID 11 são englobados no mesmo diagnóstico que é “Transtorno do espectro do autismo (código 6A02)” (IPMED,2020,online), assemelhando-se assim ao DSM-5.

As subdivisões são feitas então de acordo com o grau de prejuízos, apresentados na linguagem funcional, deficiência intelectual e comorbidades associadas que o indivíduo pode apresentar e o quanto de apoio ele precisa para as atividades cotidianas, os níveis são divididos em três, “nível 1 (autismo leve) considerada pessoa com pouca necessidade de suporte, nível 2 (autismo moderado) necessidade de suporte moderado e nível 3 (autismo grave) necessita de muito suporte” (DSM-5, 2013).

Sobre as causas do autismo existe ainda muitas dúvidas e ainda muitos estudos em andamento, o Dr. Gustavo Teixeira, psiquiatra da infância e adolescência fala sobre a possível relação entre fatores genéticos e ambientais, eis:

Não sabemos exatamente as coisas do autismo, entretanto podemos enumerar diversos fatores de risco que parecem favorecer o

desenvolvimento dessas condições comportamentais, incluindo fatores genéticos e ambientais (TEIXEIRA, 2016, p.8).

O tratamento e intervenções, para pacientes com TEA é de suma importância e faz toda a diferença para a vida e bem-estar do autista. Existem diversos tipos de tratamentos adotados pelas famílias de pacientes com autismo, porém nem todos têm a comprovação de resultados significativos, o *Practice-Based Evidence* "práticas baseadas em evidências" (EBP) é um estudo publicado pela *The University of North Carolina* (Universidade da Carolina do North) em 2014 e traduzido para o português em 2020 pela equipe terapia ABA que analisa práticas de intervenções em áreas como: fonologia, psicologia e educação e aponta que até então existem cerca de 23 práticas de intervenções com evidências científicas que são eficazes no tratamento do TEA, e essas todas partem do princípio da applied behavior analysis de sigla (ABA) que traduzida para o português significa análise do comportamento aplicada (MARAN, 2016), eis:

Quando as crianças iniciam a terapia, é de grande importância que a família busque informações sobre quais são as terapias com base científica, isto é, que foram estudadas, publicadas, replicadas e funcionaram com o público destinado" (MARAN, 2016, online),

Por ser rico em estímulos, desafios e interação, o ambiente escolar se torna parte da formação de todos, sendo direito do autista a matrícula em escolas de ensino regular, garantido pela lei nº 7.853/1989. A inclusão nessas instituições ainda é composta por dificuldades e discussões, pois "A inclusão de crianças com tal diagnóstico provoca discussões frequentes sobre formas possíveis de intervenção na escola" (CABRAL, 2017, p. 18).

Também sobre as dificuldades da escolarização dos estudantes em sua conclusão Nunes & Schmidt (2019), dizem que a "escolarização de educandos com autismo em classes regulares tem se mostrado desafiadora, demandando do professor o conhecimento e a incorporação de estratégias interventivas que se mostrem eficazes". Em contrapartida a essa demanda, CABRAL (2017, p.18) fala dos principais fatores que estão dificultando o processo de inclusão dos estudantes, tais como: "Dificuldades de Comunicação, desconhecimento das características da criança Com TEA e carência de estratégias pedagógicas que impactam no Processo de aprendizagem dessas crianças".

Para tratar sobre a inclusão escolar de autistas é preciso ouvir os próprios autistas, em um resumo de autobiografias publicadas por autistas que falam suas experiências pouco agradáveis no ambiente escolar, uma das necessidades citadas é a adaptação do ambiente as questões sensoriais de hipersensibilidade que podem ser resolvidos facilmente “por exemplo, a redução da luminosidade da sala de aula ou o uso de protetores de ouvido” (BAILER, 2015, p. 490).

Ser acolhido e compreendido em um ambiente tão significativo para a formação do estudante, conforme os trechos retirados das autobiografias dos autistas aparenta ser algo realmente raro, a maior parte desses relatos são sobre não inclusão escolar, pois “indica haver uma distância entre a propaganda da inclusão na escola e a maneira como tais práticas sociais têm se concretizado no cotidiano escolar” (BALER, 2015, p. 490), uma vez que:

Cabe à escola ter permeabilidade para escutar o saber dos autistas e lhes permitir ocupar um lugar (que não seja o da exclusão) no laço social estabelecido na escola, dado que ter um lugar-de-aluno é extremamente importante para que o aluno possa sentir ter um lugar no mundo (BAILER, 2015, p. 490, grifos do autor).

Ainda sobre o processo de escolarização de estudantes com TEA, Bailer (2015, p.491) conclui que “o papel da escola na inclusão de autistas não deve ser distinto de uma das suas funções educativas: o respeito à diferença”.

4. Práticas pedagógicas no atendimento ao TEA

Existe uma necessidade de adaptação da forma de trabalhar do professor em sua prática de ensino para atender estudantes com necessidades especiais e, como explanado anteriormente, existem leis referentes às práticas pedagógicas para o atendimento especializado como expresso no artigo 28 da lei brasileira da pessoa com deficiência de 2015, eis em: “X – adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializada” (BRASIL, 2015, online).

Assim Também sobre atendimento especializado o Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 20 vem acrescentar direitos sobre esse atendimento especializado como “§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as

demais políticas públicas.”(BRASIL,2007,online). O decreto também garante o suporte técnico e financeiro para as salas de AEE, e cita os objetivos.

- “I – implantação de salas de recursos multifuncionais;
- II – formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;
- III – formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva;
- IV – adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;
- V – elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e
- VI – estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.”(BRASIL,2007,online).

Entretanto, algumas pesquisas mostram que a prática no dia a dia do docente que atende estudantes com autismo enfrenta grandes desafios. Assim diz (SILVA, SEVERO & ROZEK, 2018, p.9) “Percebemos que há um desconhecimento sobre quem é o aluno com TEA, suas necessidades e possibilidades. Ainda há uma ideia central de que todos os alunos com TEA são iguais, que apresentam as mesmas características e necessidades”.

Cunha (2015, p. 177) explica que “como docente, necessitamos pesquisar e entender os mecanismos que estão presentes quando nosso aluno com Espectro Autista adquire conhecimento, como ele aprende?”

Ressalta ainda que a descoberta do aluno com autismo é o primeiro passo para o bom trabalho do docente e a prática principal para tal descoberta é a observação “o exercício de um bom professor começa pela observação. E para observar, é preciso saber o que observar. E para saber o que observar é preciso formação” (CUNHA, 2015, p. 55).

Arelado a observação, está a avaliação no sentido de saber o que o estudante já aprendeu, o que é capaz de fazer e quais pré-requisitos para aprendizagens futuras ele já adquiriu. “Ressalta-se, porém que o aluno não deverá ser avaliado com base no desenvolvimento de outro colega, mas com base no seu próprio desenvolvimento: o que ele fazia, o que ele faz o que ele poderá fazer” (CUNHA, 2015, p. 69).

Através dessa ressalva de Cunha (2015), podemos fazer relação com um relato feito por Tito Mukhopadhyay em sua biografia, onde ele critica seus docentes por não estarem preparados para lidar com ele, não perceberem suas capacidades e

resumirem o trabalho em apenas deixá-lo ocupado durante as aulas (MUKHOPADHYAY, 2011 *apud* BRAINER, 2015.p. 489).

E junto a observação e avaliação está a mediação segundo o que propõe Cunha sobre práticas pedagógicas voltadas para estudantes com TEA, “a mediação é um movimento pedagógico que requer observação e avaliação. Decerto a prática pedagógica no ensino do aprendente com autismo revelará um movimento conjunto dessas três ações” (CUNHA, 2015, p. 62).

De acordo com Schmidt *et al.* (2016, p. 232) "Das dificuldades para a prática docente com alunos autistas destacamos a falta de formação e conhecimentos específicos." Isso está posto em sua pesquisa:

Os relatos sobre a pouca formação dos docentes (16,2%) e as dificuldades em planejar, ensinar ou avaliar aprendizagens apropriadas à etapa escolar (16,2%) se mostraram igualmente frequentes. A pouca formação se mostrou especificamente sobre conhecimentos em autismo (SCHMIDT, *et al.*, 2016, p. 229).

Para a aprendizagem da pessoa com autismo é preciso clareza e funcionabilidade. Desse modo, o planejamento e adaptação das metodologias de ensino utilizadas pelo docente são critérios importantes, atrelar as atividades a questões de interesse do estudante, ajudará na sustentação da atenção, e o envolvimento afetivo.

O bom material leva o aprendiz a exibir comportamentos e habilidades que vão variando até atingir desempenhos mais refinados, independente de sua simplicidade o material poderá conter inúmeros conceitos pedagógicos que serão empregados pelo professor nas atividades em sala (CUNHA, 2015, p. 120).

Podemos atrelar a esse pensamento de Cunha o que Temple Grandin diz sobre o docente de estudantes com TEA

Enfatiza que o educador do autista deve ser alguém que aposte no autista e que tenha uma posição gentilmente insistente, tendo cuidado para não estagnar a aprendizagem por um *overload* de informações, mas também propondo algo de diferente a cada vez. (GRANDIN, 2011 *apud*, BIALER, 2015, p490)

As práticas pedagógicas tanto no ensino de pessoas com ou sem algum tipo de deficiência “é influenciada pelos aspectos conjunturais e estruturais da sociedade brasileira” (SOUZA, 2005, p.39). Sendo assim, o autismo ainda precisa ser melhor conhecido em muitas dimensões e muitas questões ainda precisam ser desmistificadas; é necessário que docentes busquem por renovação em suas práticas pedagógicas para ampliar sua capacidade de mediação para com esses estudantes.

5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para a coletar os dados, a fim de investigar o processo de inclusão dos estudantes com TEA e as ações pedagógicas dos docentes, foi aplicado o seguinte questionário aos professores do ensino regular da rede educacional da cidade de Gravatá-PE:

1. Como é direcionado o seu atendimento aos estudantes com autismo?
2. Como é a participação da família no processo educativo dos estudantes com autismo?
3. Como se deu o processo de sua formação inicial e/ou continuada para você trabalhar com educação inclusiva?
4. Quais são as dificuldades encontradas no cotidiano para a inclusão educacional de estudantes com TEA?

Somente os dados autorizados pelos participantes foram explanados nesse capítulo, entretanto não usaremos os nomes reais dos participantes que autorizaram, para eles daremos nomes fictícios de P1, P2, P3, P4 e assim por diante. A partir das respostas recebidas foi possível identificar que existem dificuldades na atuação dos profissionais.

Em resposta a primeira, P1 relatou que "tento que adaptar o conteúdo da maneira que posso, mas nem sempre sei se o que estou fazendo está realmente adaptado ou se eu só estou separando-o da turma, mas na maior parte do tempo eu estou com ele para ajudá-lo". Já o participante P2 diz "eu tento fazer com que ele participe das aulas práticas e interaja com o restante da turma. Tento fazer atividades adaptadas para ele também". Em resposta a mesma pergunta, P3 explica "tento fazer com que ele se sinta acolhido pela turma, e tento fazer com que ele participe ao máximo de atividades possíveis". Analisando esses relatos, partindo do pensamento de Cunha (2015) sobre a importância do professor saber quais mecanismos que fazem parte do processo de aprendizagem do seu aluno com TEA, entendemos que esses docentes não possuem tal conhecimento sobre a aprendizagem de seus alunos e que isso dificulta sua atuação.

Para a segunda pergunta, as respostas foram quase que unânimes. O que descobrimos foi que a atuação da família é pouca e os pais não participam como deveriam. P3 respondeu “a participação é muito pequena, tenho pouco contato com os pais”. Também foi relatado por P4 que “a família às vezes ajuda, mas é difícil. A sensação que tenho é que ele é enviado para escola só para ocupar o tempo dele”. P2 “ainda considero pouca, poderíamos interagir mais e buscar juntos mais conhecimentos, ajudaria no trabalho na escola e em casa”. Ao contrário do que está previsto na Constituição Federal de 1988 que diz no art. 205 que a família também é responsável pelo incentivo a escolarização dessas pessoas, entendemos através das respostas dadas pelos professores que as famílias não estão sendo tão participativas.

As respostas da 3ª pergunta sobre a formação dos docentes para atuar com a educação inclusiva nos leva a concluir que essa formação está ocorrendo de forma superficial, de acordo com P1 “Não tive formação continuada, durante a minha graduação eu tive pouca experiência com a educação inclusiva, tive apenas uma disciplina durante todo o curso e foi bem rápida”. Bem parecida, foi a resposta de P3 “Quando fiz magistério, não tive muitas instruções ou conteúdos que tratassem de inclusão, na minha graduação tive uma disciplina sobre inclusão”. No mesmo sentido, foi a resposta de P5 “Durante a faculdade, quase não tive contato com a educação inclusiva, a partir da demanda fiz alguns cursos na área, mas nenhum específico pra TEA ou qualquer outra síndrome, só sobre inclusão”. Se relacionarmos as respostas de todas as questões até aqui explanadas ao que a lei Nº 13.146/2015, do Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) prevê sobre atendimento especializado e oferta de formação continuada, percebe-se que os docentes não recebem formação qualificada nem específica para atuar com esses alunos.

A partir da 4ª e última pergunta do questionário, observou-se que as dificuldades que os docentes relataram ter para incluir alunos com autismo são semelhantes. P5 relata

A minha maior dificuldade é fazer com que participem das aulas práticas e tornar as aulas atrativas, intervir quando apresentam comportamentos inapropriados, eles parecem não me entender e eu as vezes não entendo o que eles querem, então também é difícil essa nossa interação.

E P1 respondeu que "em primeiro lugar, é a elaboração dos materiais e atividades para trabalhar em sala de aula, o ambiente da sala de aula também dificulta porque ele fica distraído com tantos estímulos em volta dele e acaba ficando irritado".

Parecido com o relato de P4 "a falta de materiais e atividades adaptadas, trabalhar com esses estudantes em ambientes abertos é complicado por causa da distração e alguns não toleram muitos barulhos então fica difícil de incluí-lo em atividades com músicas ou coisas do tipo". A resposta de P3 foi "trabalhar a interação deles com os outros colegas de classe, entender se o estudante aprendeu aquele conteúdo ou não através daquela atividade que está sendo feita, trazer eles para participarem da aula junto dos outros, em resumo a falta de compreensão entre eu professora e ele aluno" e P2 disse "a falta de conhecimento sobre como lidar com eles e como podemos compreendê-lo, o ambiente escolar não está adaptado as demandas que eles apresentam para nós e isso dificulta muito esse processo de inclusão". Mais uma vez a fala dos docentes nos mostra que o processo de inclusão e aprendizagem na rede escolar de Gravatá está sendo composto apenas por tentativas e incertezas, isso nos exemplifica também o quanto a formação especializada é importante para intervenções e manejo para dar o devido suporte ao estudante com TEA.

6. CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou analisar a inclusão escolar de crianças com TEA em Gravatá-PE, os objetivos estabelecidos por esse estudo foram alcançados visto que foi possível analisar o discurso do professor sobre a inclusão de alunos com autismo na rede de ensino regular de Gravatá, e conhecer um pouco das práticas de ensino utilizadas para promover a inclusão escolar desses estudantes com TEA e descrever os obstáculos que os professores enfrentam nesse processo de inclusão nas escolas de Gravatá, nos apresentando que a forma como a inclusão vem acontecendo é atravessada por inúmeras dificuldades.

A partir da análise dos dados coletados através das respostas dadas no questionário aplicado, foi possível compreender como ocorre o processo de inclusão escolar dos estudantes com TEA na rede de ensino regular do município de Gravatá, de forma ainda ineficiente. Verificou-se que existem algumas questões que impedem que esse processo ocorra com êxito tendo em vista todos os documentos estudados e relacionados com os discursos dos docentes participantes da pesquisa, compreendeu-se que existem lacunas a serem preenchidas, tendo como exemplo, a falta de formação especializada dos docentes para o atendimento voltado para o

estudante autista, a falta de participação da família nesse processo e ainda a falta de um ambiente adaptado que atenda as necessidades do estudante com TEA.

Dessa forma, espera-se que essa pesquisa contribua para o levantamento de novas análises e buscas de melhorias e soluções para atender as dificuldades que foram encontradas através dessa pesquisa. Recomenda-se um maior aprofundamento neste tema com vistas a estudos futuros podem ser desenvolvidos sobre os impactos causados pela falta de formação dos docentes ao atendimento a alunos com TEA e ainda sobre a participação da família nesse processo de inclusão escolar, bem como sobre a atuação da gestão escolar para fomentar a inclusão dos estudantes com TEA efetivamente.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5** (5ª ed.; M. I. C. Nascimento, Trad.). Porto Alegre, RS: Artmed, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAILER, Marina. **A inclusão escolar nas autobiografias de autistas**. São Paulo, 2015.

BRASIL, **DECRETO LEGISLATIVO Nº 186**, de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008 Acesso em: 24 Dez. 2021.

BRASIL, **DECRETO Nº 6.571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm Acesso em: 27 de Jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional**. 1996. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394. Acesso 24 Dez. 2021.

BRASIL. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. **Lei brasileira da pessoa com deficiência** (estatuto da pessoa com deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/13146. Acesso 24 Dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEED, 2008.

CABRAL, Cristiane Soares. **Inclusão Escolar de Crianças com Transtorno do Espectro Autista: Uma Revisão Sistemática da Literatura.** Belo Horizonte, 2017.

CIRÍACO, Flávia Lima. Inclusão: um direito de todos. Revista Educação Pública, v. 20, nº 29, 4 de agosto de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/29/inclusao-um-direito-de-todos>. Acesso em: 18 Dez. 2021.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola** - um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar. 5ª edição, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 4ª edição. São Paulo, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª edição. São Paulo, 2008.

MARAN, Aline. **Prática baseada em evidências para tratamento do TEA.** 2016. Disponível em: <https://www.terapiacedin.com.br/pratica-baseada-em-evidencia-tratamento-tea.html>. Acesso em: 19 Dez. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedigna.** Ciência saúde coletiva, mar. 2012.

NOVO, Núñez; PINHEIRO E MOTA, Antonio Rosembergue. **O direito à educação na Constituição de 1988**, publicado em 07/2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/75568/o-direito-a-educacao-na-constituicao-de-1988>. Acesso em: 18 Dez. 2021.

NUNES, Débora Regina de Paula; SCHMIDTII, Carlo. **Educação Especial e Autismo: Das Práticas Baseadas em Evidências à Escola.** São Paulo, 2019.

OMS. **International Statistical Classification Of Diseases And Related Health Problems (ICD).** 2016 Disponível em: <https://www.who.int/classifications/classification-of-diseases>. Acesso em: 27 Nov. 2021.

OMS. **International Statistical Classification Of Diseases And Related Health Problems (ICD).** 2019 Disponível em: <https://www.who.int/classifications/classification-of-diseases>. Acesso em: 27 Nov. 2021.

O QUE MUDOU NA CLASSIFICAÇÃO DE DOENÇAS. IPMED, 2020. Disponível em: <https://ipemed.com.br/blog/cid-11-veja-o-que-mudou-na-classificacao-de-doencas/> Acesso em: 27 Nov. 2021

PAGNI, Pedro Angelo. **Dez Anos da PNEEPEI: uma análise pela perspectiva da biopolítica.** Educação & Realidade [online]. 2019, v. 44, n. 1, e84849. Epub 07 Mar

2019. ISSN 2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-623684849>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623684849>. Acesso em: 29 Dez. 2021.

PAIVA, Francisco jr. **Prevalencia do autismo nos EUA**. Canal autismo. 2020
Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/noticia/prevalencia-de-autismo-nos-eua-sobe-10-agora-e-1-para-54/> Acesso em: 27 nov. 2021

SCHMIDT, Carlo de Paula Nunes et al. **Inclusão escolar e autismo**: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. Psicologia: Teoria e Prática [em linea]. 2019, 18 (1), 222-235. ISSN: 1516-3687. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193846361017>. Acesso em: 30 Dez. 2021.

SILVA, Karla Fernanda Wunder da; ROZEK, Marlene; SEVERO, Gabriela. **A FORMAÇÃO DOCENTE E O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**, 2018.

SOUZA, Maria Antônia. **PRÁTICA PEDAGÓGICA: CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E INQUIETAÇÕES**, 2005.

TEIXEIRA, Gustavo. **Manual do autismo**. 1ª Ed. Rio de Janeiro, 2016.

APÊNDICE



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA PESQUISAS ON-LINE COM MAIORES DE 18 ANOS

Convidamos você para participar como voluntário (a) da pesquisa **A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA EM GRAVATÁ**, que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) **OLGA EDUARDA BESERRA SILVA**, RUA CASSIANO CORREIA DE MELO N°111, BARRO QUINZE DE NOVEMBRO, GRAVATÁ-PE. (81)99321-8779. olgagomess_@hotmail.com. e orientação, **DRA MARIA APARECIDA VIEIRA DE MELO**, m_aparecida_v_melo@hotmail.com

Descrição

o objeto de investigação da pesquisa é o estudante TEA na escola e é de cunho pessoal social e político, pesquisas nesse cenário são necessárias para conhecer e melhorar as práticas educacionais inclusivas e o desenvolvimento de políticas de inclusão que diminuam as dificuldades desse processo de escolarização da pessoa com autismo. os objetivos a serem alcançados são: analisar o discurso do professor sobre a inclusão escolar de crianças com autismo na rede educacional do município de Gravatá-PE, identificar as práticas de ensino que promovem a inclusão escolar de crianças com TEA em Gravatá e descrever os obstáculos enfrentados pelos professores para a promoção escolar de crianças com autismo em Gravatá. os métodos se caracterizam de modo exploratório através de um questionário composto por quatro perguntas e os dados coletados serão analisados de forma qualitativa baseando-se em sua fundamentação teórica formada por trabalhos já desenvolvidos relacionados ao tema em discussão.

Declaro que a pesquisa é somente para fins educacionais. Sua identificação não é obrigatória! Porém, suas respostas são primordiais para que a pesquisa possa prosseguir. Para qualquer tipo de dúvida que possa surgir sobre a pesquisa, estaremos a disposição através do e-mail ou telefone para prestar esclarecimentos. Sua colaboração é de suma importância para o desenvolvimento desse trabalho. A ética é um princípio fundamental desta pesquisa. Portanto, todas e quaisquer informações prestadas não afetarão a dignidade humana do colaborador e nem da instituição. O tratamento individual será de respeito e, sobretudo, de livre arbítrio ao colaborador da pesquisa.

A pesquisa é de caráter voluntário, não se receberá financiamento algum pela informação prestada. O(a) participante/colaborador(a) será voluntário(a) neste processo. Também este consentimento poderá ser retirado da análise dos dados sem prejuízos à continuidade da pesquisa, por isso que o(a) colaborador(a) tem autonomia em aceitar participar e sair da pesquisa, caso ocorra alguma mudança de comportamento, automaticamente. O que não acomete nenhum prejuízo.

Todas as informações prestadas serão confidenciais bem como o(a)s participantes terão sua identidade sob sigilo. Os dados recolhidos para a pesquisa são tão somente para esta pesquisa, não serão utilizados em lugar algum, sendo, portanto, exclusivo para a coleta de dados e seu processamento de informações para a respectiva pesquisa.

Dados de Identificação:

Título do projeto: **INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA EM GRAVATÁ**

Pesquisadora Responsável: **OLGA EDUARDA BESERRA SILVA**

Instituição a que pertence a Pesquisadora Responsável: **Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)**

e-mail para contato: **olgagomess_@hotmail.com**

Eu: Welma Siqueira da silva, Idade: 32 (anos)

R.G: 7.912.632

telefone: (81)99609-5287

declaro ter sido informado e concordo em participar da pesquisa acima descrita.



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA PESQUISAS ON-LINE COM MAIORES DE 18 ANOS

Convidamos você para participar como voluntário (a) da pesquisa **A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA EM GRAVATÁ**, que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) **OLGA EDUARDA BESERRA SILVA**, RUA CASSIANO CORREIA DE MELO N°111, BARRO QUINZE DE NOVEMBRO, GRAVATÁ-PE. (81)99321-8779. olgagomess@hotmail.com. e orientação, **DRA MARIA APARECIDA VIEIRA DE MELO**, m_aparecida_v_melo@hotmail.com

Descrição

o objeto de investigação da pesquisa é o estudante TEA na escola e é de cunho pessoal social e político, pesquisas nesse cenário são necessárias para conhecer e melhorar as práticas educacionais inclusivas e o desenvolvimento de políticas de inclusão que diminuam as dificuldades desse processo de escolarização da pessoa com autismo. os objetivos a serem alcançados são: analisar o discurso do professor sobre a inclusão escolar de crianças com autismo na rede educacional do município de Gravatá-PE, identificar as práticas de ensino que promovem a inclusão escolar de crianças com TEA em Gravatá e descrever os obstáculos enfrentados pelos professores para a promoção escolar de crianças com autismo em Gravatá. os métodos se caracterizam de modo exploratório através de um questionário composto por quatro perguntas e os dados coletados serão analisados de forma qualitativa baseando-se em sua fundamentação teórica formada por trabalhos já desenvolvidos relacionados ao tema em discussão.

Declaro que a pesquisa é somente para fins educacionais. Sua identificação não é obrigatória! Porém, suas respostas são primordiais para que a pesquisa possa prosseguir. Para qualquer tipo de dúvida que possa surgir sobre a pesquisa, estaremos a disposição através do e-mail ou telefone para prestar esclarecimentos. Sua colaboração é de suma importância para o desenvolvimento desse trabalho. A ética é um princípio fundamental desta pesquisa. Portanto, todas e quaisquer informações prestadas não afetarão a dignidade humana do colaborador e nem da instituição. O tratamento individual será de respeito e, sobretudo, de livre arbítrio ao

colaborador da pesquisa.

A pesquisa é de caráter voluntário, não se receberá financiamento algum pela informação prestada. O(a) participante/colaborador(a) será voluntário(a) neste processo. Também este consentimento poderá ser retirado da análise dos dados sem prejuízos à continuidade da pesquisa, por isso que o(a) colaborador(a) tem autonomia em aceitar participar e sair da pesquisa, caso ocorra alguma mudança de comportamento, automaticamente. O que não acomete nenhum prejuízo.

Todas as informações prestadas serão confidenciais bem como o(a)s participantes terão sua identidade sob sigilo. Os dados recolhidos para a pesquisa são tão somente para esta pesquisa, não serão utilizados em lugar algum, sendo, portanto, exclusivo para a coleta de dados e seu processamento de informações para a respectiva pesquisa.

Dados de Identificação:

Título do projeto: **INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA EM GRAVATÁ**

Pesquisadora Responsável: **OLGA EDUARDA BESERRA SILVA**

Instituição a que pertence a Pesquisadora Responsável: **Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)**

e-mail para contato: **olgagomess_@hotmail.com**

Eu: Kelcemy Vinícios da Silva, Idade:24 (anos)

R.G: 9543586

telefone: (81) 99414-0041

Declaro ter sido informado e concordo em participar da pesquisa acima descrita.

Gravatá- PE. 2021



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA PESQUISAS ON-LINE COM MAIORES DE 18 ANOS

Convidamos você para participar como voluntário (a) da pesquisa **A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA EM GRAVATÁ**, que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) **OLGA EDUARDA BESERRA SILVA**, RUA CASSIANO CORREIA DE MELO N°111, BARRO QUINZE DE NOVEMBRO, GRAVATÁ-PE. (81)99321-8779. olgagomess_@hotmail.com. e orientação, **DRA MARIA APARECIDA VIEIRA DE MELO**, m_aparecida_v_melo@hotmail.com

Descrição

o objeto de investigação da pesquisa é o estudante TEA na escola e é de cunho pessoal social e político, pesquisas nesse cenário são necessárias para conhecer e melhorar as práticas educacionais inclusivas e o desenvolvimento de políticas de inclusão que diminuam as dificuldades desse processo de escolarização da pessoa com autismo. os objetivos a serem alcançados são: analisar o discurso do professor sobre a inclusão escolar de crianças com autismo na rede educacional do município de Gravatá-PE, identificar as práticas de ensino que promovem a inclusão escolar de crianças com TEA em Gravatá e descrever os obstáculos enfrentados pelos professores para a promoção escolar de crianças com autismo em Gravatá. os métodos se caracterizam de modo exploratório através de um questionário composto por quatro perguntas e os dados coletados serão analisados de forma qualitativa baseando-se em sua fundamentação teórica formada por trabalhos já desenvolvidos relacionados ao tema em discussão.

Declaro que a pesquisa é somente para fins educacionais. Sua identificação não é obrigatória! Porém, suas respostas são primordiais para que a pesquisa possa prosseguir. Para qualquer tipo de dúvida que possa surgir sobre a pesquisa, estaremos a disposição através do e-mail ou telefone para prestar esclarecimentos. Sua colaboração é de suma importância para o desenvolvimento desse trabalho. A ética é um princípio fundamental desta pesquisa. Portanto, todas e quaisquer informações prestadas não afetarão a dignidade humana do colaborador e nem da instituição. O tratamento individual será de respeito e, sobretudo, de livre arbítrio ao colaborador da pesquisa.

A pesquisa é de caráter voluntário, não se receberá financiamento algum pela informação prestada. O(a) participante/colaborador(a) será voluntário(a) neste processo. Também este consentimento poderá ser retirado da análise dos dados sem prejuízos à continuidade da pesquisa, por isso que o(a) colaborador(a) tem autonomia em aceitar participar e sair da pesquisa, caso ocorra alguma mudança de comportamento, automaticamente. O que não acomete nenhum prejuízo.

Todas as informações prestadas serão confidenciais bem como o(a)s participantes terão sua identidade sob sigilo. Os dados recolhidos para a pesquisa são tão somente para esta pesquisa, não serão utilizados em lugar algum, sendo, portanto, exclusivo para a coleta de dados e seu processamento de informações para a respectiva pesquisa.

Dados de Identificação:

Título do projeto: **INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA EM GRAVATÁ**

Pesquisadora Responsável: **OLGA EDUARDA BESERRA SILVA**

Instituição a que pertence a Pesquisadora Responsável: **Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)**

e-mail para contato: **olgagomess_@hotmail.com**

Eu: Adrhya Bezerra Souza, Idade:19 (anos)

R.G: 10.620.282

telefone: (81) 99563-7715

Declaro ter sido informado e concordo em participar da pesquisa acima descrita.



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA PESQUISAS ON-LINE COM MAIORES DE 18 ANOS

Convidamos você para participar como voluntário (a) da pesquisa **A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA EM GRAVATÁ**, que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) **OLGA EDUARDA BESERRA SILVA**, RUA CASSIANO CORREIA DE MELO N°111, BARRO QUINZE DE NOVEMBRO, GRAVATÁ-PE. (81)99321-8779. olgagomess_@hotmail.com. e orientação, **DRA MARIA APARECIDA VIEIRA DE MELO**, m_aparecida_v_melo@hotmail.com

Descrição

o objeto de investigação da pesquisa é o estudante TEA na escola e é de cunho pessoal social e político, pesquisas nesse cenário são necessárias para conhecer e melhorar as práticas educacionais inclusivas e o desenvolvimento de políticas de inclusão que diminuam as dificuldades desse processo de escolarização da pessoa com autismo. os objetivos a serem alcançados são: analisar o discurso do professor sobre a inclusão escolar de crianças com autismo na rede educacional do município de Gravatá-PE, identificar as práticas de ensino que promovem a inclusão escolar de crianças com TEA em Gravatá e descrever os obstáculos enfrentados pelos professores para a promoção escolar de crianças com autismo em Gravatá. os métodos se caracterizam de modo exploratório através de um questionário composto por quatro perguntas e os dados coletados serão analisados de forma qualitativa baseando-se em sua fundamentação teórica formada por trabalhos já desenvolvidos relacionados ao tema em discussão.

Declaro que a pesquisa é somente para fins educacionais. Sua identificação não é obrigatória! Porém, suas respostas são primordiais para que a pesquisa possa prosseguir. Para qualquer tipo de dúvida que possa surgir sobre a pesquisa, estaremos a disposição através do e-mail ou telefone para prestar esclarecimentos. Sua colaboração é de suma importância para o desenvolvimento desse trabalho. A ética é um princípio fundamental desta pesquisa. Portanto, todas e quaisquer informações prestadas não afetarão a dignidade humana do colaborador e nem da instituição. O tratamento individual será de respeito e, sobretudo, de livre arbítrio ao colaborador da pesquisa.

A pesquisa é de caráter voluntário, não se receberá financiamento algum pela informação prestada. O(a) participante/colaborador(a) será voluntário(a) neste processo. Também este consentimento poderá ser retirado da análise dos dados sem prejuízos à continuidade da pesquisa, por isso que o(a) colaborador(a) tem autonomia em aceitar participar e sair da pesquisa, caso ocorra alguma mudança de comportamento, automaticamente. O que não acomete nenhum prejuízo.

Todas as informações prestadas serão confidenciais bem como o(a)s participantes terão sua identidade sob sigilo. Os dados recolhidos para a pesquisa são tão somente para esta pesquisa, não serão utilizados em lugar algum, sendo, portanto, exclusivo para a coleta de dados e seu processamento de informações para a respectiva pesquisa.

Dados de Identificação:

Título do projeto: **INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA EM GRAVATÁ**

Pesquisadora Responsável: **OLGA EDUARDA BESERRA SILVA**

Instituição a que pertence a Pesquisadora Responsável: **Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)**

e-mail para contato: olgagomess_@hotmail.com

Eu: Eduardo Felipe de Lemos Santos, Idade:20 (anos)

R.G: 9.530.865

telefone: (81) 99547-5873

Declaro ter sido informado e concordo em participar da pesquisa acima descrita.



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA PESQUISAS ON-LINE COM MAIORES DE 18 ANOS

Convidamos você para participar como voluntário (a) da pesquisa **A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA EM GRAVATÁ**, que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) **OLGA EDUARDA BESERRA SILVA**, RUA CASSIANO CORREIA DE MELO N°111, BARRO QUINZE DE NOVEMBRO, GRAVATÁ-PE. (81)99321-8779. olgagomess_@hotmail.com. e orientação, **DRA MARIA APARECIDA VIEIRA DE MELO**, m_aparecida_v_melo@hotmail.com

Descrição

o objeto de investigação da pesquisa é o estudante TEA na escola e é de cunho pessoal social e político, pesquisas nesse cenário são necessárias para conhecer e melhorar as práticas educacionais inclusivas e o desenvolvimento de políticas de inclusão que diminuam as dificuldades desse processo de escolarização da pessoa com autismo. os objetivos a serem alcançados são: analisar o discurso do professor sobre a inclusão escolar de crianças com autismo na rede educacional do município de Gravatá-PE, identificar as práticas de ensino que promovem a inclusão escolar de crianças com TEA em Gravatá e descrever os obstáculos enfrentados pelos professores para a promoção escolar de crianças com autismo em Gravatá. os métodos se caracterizam de modo exploratório através de um questionário composto por quatro perguntas e os dados coletados serão analisados de forma qualitativa baseando-se em sua fundamentação teórica formada por trabalhos já desenvolvidos relacionados ao tema em discussão.

Declaro que a pesquisa é somente para fins educacionais. Sua identificação não é obrigatória! Porém, suas respostas são primordiais para que a pesquisa possa prosseguir. Para qualquer tipo de dúvida que possa surgir sobre a pesquisa, estaremos a disposição através do e-mail ou telefone para prestar esclarecimentos. Sua colaboração é de suma importância para o desenvolvimento desse trabalho. A ética é um princípio fundamental desta pesquisa. Portanto, todas e quaisquer informações prestadas não afetarão a dignidade humana do colaborador e nem da instituição. O tratamento individual será de respeito e, sobretudo, de livre arbítrio ao colaborador da pesquisa.

A pesquisa é de caráter voluntário, não se receberá financiamento algum pela informação prestada. O(a) participante/colaborador(a) será voluntário(a) neste processo. Também este consentimento poderá ser retirado da análise dos dados sem prejuízos à continuidade da pesquisa, por isso que o(a) colaborador(a) tem autonomia em aceitar participar e sair da pesquisa, caso ocorra alguma mudança de comportamento, automaticamente. O que não acomete nenhum prejuízo.

Todas as informações prestadas serão confidenciais bem como o(a)s participantes terão sua identidade sob sigilo. Os dados recolhidos para a pesquisa são tão somente para esta pesquisa, não serão utilizados em lugar algum, sendo, portanto, exclusivo para a coleta de dados e seu processamento de informações para a respectiva pesquisa.

Dados de Identificação:

Título do projeto: **INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA EM GRAVATÁ**

Pesquisadora Responsável: **OLGA EDUARDA BESERRA SILVA**

Instituição a que pertence a Pesquisadora Responsável: **Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)**

e-mail para contato: olgagomess_@hotmail.com

Eu: Daniela Maria da Silva Santos, Idade: 35 (anos)

R.G: 05649529400

telefone: (81) 9296-8181

Declaro ter sido informado e concordo em participar da pesquisa acima descrita.